

## Paulo Maluf: ascensão e declínio de uma liderança política

Marco Antonio Teixeira<sup>1</sup>

**Resumo:** A história recente não deixa dúvidas em relação ao fato de Paulo Salim Maluf ter assumido características de uma liderança nacional durante sua trajetória política, apesar de nunca ter sido alçado a um cargo público eletivo no Poder Executivo que o colocasse à frente de processos decisórios que abrangessem todo o país. Conforme será destacado neste artigo, o malufismo (como referência de um grupo político organizado em torno de uma liderança) surge no cenário nacional após Paulo Maluf ser nomeado para importantes cargos públicos como prefeito de São Paulo, Secretário Estadual de Transportes e governador do mesmo Estado, durante o Regime Militar. Tais cargos foram estratégicos na busca de apoio político visando alcançar prestígio nacional e para se constituir como uma força política organizada com fins de obter o poder político por intermédio do processo eleitoral após a redemocratização (TEIXEIRA, 2004). O presente texto, que tem por finalidade compreender a trajetória dessa liderança política, está dividido em três partes. Na primeira será contextualizado o surgimento de Paulo Maluf no cenário político e seus primeiros embates por espaço na política partidária ainda no Regime Militar. Na segunda parte, o destaque é para as primeiras competições eleitorais por meio de eleições diretas onde Maluf buscou amplitude nacional com vistas a concorrer às eleições para a presidência da República. Por fim, apresenta-se o declínio do malufismo associado a escândalos políticos que impactaram negativamente no seu prestígio pessoal e conseqüentemente no tamanho do seu eleitorado.

31

---

**Palavras-chave:** Paulo Maluf; malufismo; liderança.

---

<sup>1</sup> Cientista Político, Doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP e Professor do Departamento de Gestão Pública da FGV-SP.

**Abstract:** The recent history leaves no doubt regarding the fact that Paul Salim Maluf have assumed characteristics of a national leadership during his political career, despite never having been raised to an elective public office in the executive branch to put him ahead of decision-making processes that covered throughout the country. As will be highlighted in this article, malufismo (as a reference to a political group organized around a leadership) appears on the national scene after Paulo Maluf be appointed to important governmental functions as mayor of Sao Paulo State Secretary of Transportation and Governor of that State during the military regime. These were strategic positions in the search for political support in order to achieve national prestige and to qualify as an organized political force for the purpose of obtaining political power through the electoral process after democratization (Teixeira, 2004). This text, which aims to understand the trajectory of political leadership is divided into three parts. The first will be contextualized the emergence of the political scene Paulo Maluf and his early struggles for space in partisan politics still in the military regime. The second part is the highlight for the first electoral contests through direct elections where Maluf sought national scale in order to stand for election to the presidency. Finally, we present the decline of malufismo associated with political scandals that have impacted negatively on his personal prestige and consequently the size of their electorate.

**Keywords:** Paulo Maluf; malufismo; leadership.

## **Introdução: notas em torno do líder político**

Reflexões acerca do que é e do papel da liderança aparecem em vários campos do saber como a Filosofia, a Administração e à Ciência Política, dentre outros. Na Filosofia, Platão abordou a figura do Filósofo-Rei como a idealização de um líder político orientado pela busca da justiça. Na administração, mais especificamente no campo das organizações, a liderança é colocada como exercida por alguém que é portador de qualidades e habilidades motivacionais e éticas que são indispensáveis para o envolvimento do grupo na realização dos objetivos e da missão da organização.

No que se relaciona aos objetivos deste texto, é Max Weber, quando aborda sobre *Os três tipos puros de dominação legítima*, quem vai trazer os elementos centrais para tratar da liderança política ao discutir as características do líder na dominação carismática do tipo demagogo. Segundo ele, este subtipo de líder carismático é aquele que possui boa oratória e se torna confiável a seus seguidores, sobretudo, porque se coloca como alguém capaz de representa-los na realização de anseios sociais que ainda não foram materializados por governos ou por outras lideranças políticas que se propuseram a realiza-los. Nos tipos corretos de governo, esse líder chega ao poder político com o consentimento (legitimação) dos governados por meio do processo eleitoral. A confiança nele depositada implica na realização de um programa de governo que expresse os anseios da comunidade, caso contrário rompe-se aquele sentimento indispensável para manter a relação do líder com seus seguidores, o que é fundamental para seu sucesso no processo político-eleitoral: a confiança.

Para os objetivos desse texto é crucial compreender o que transforma uma pessoa em liderança política, o que a mantém enquanto tal e quais são os riscos de essa liderança desaparecer ou, mesmo, enfraquecer perante a comunidade que representa no que se refere a sua capacidade de ampliar ou manter-se na competição política. Ascender ao poder com o consentimento dos governados, desfrutar de uma boa oratória, se colocar como capaz de satisfazer os anseios

populares, fortalecer os laços de confiança com a população e suprir suas expectativas estão dentre os requisitos básicos para se tornar e se manter como liderança política por longo tempo (WEBER, 1999).

Portanto, manter o prestígio como liderança junto aos governados significa também deter a capacidade de influenciar o processo político mesmo quando líder não está diretamente envolvido com ele. Assim, as lideranças políticas contemporâneas dentro de uma ordem democrática podem ser capazes de vencer as eleições e tornar candidatos por elas apoiados viáveis eleitoralmente por meio da transferência de seu prestígio eleitoral.

Verificar se Paulo Maluf apresenta tais características na sua trajetória como liderança política é que será feito nesse texto. Para tanto, o trabalho está dividido em três partes. Na primeira discute-se a origem política do malufismo com ênfase na sua relação com o Regime Militar, período do seu noviciado político. Na segunda parte, aborda-se a consolidação de Maluf pela via da eleição indireta e suas disputas com setores do regime militar. A última parte é dedicada à ascensão e declínio eleitoral do malufismo onde também se discute as razões do enfraquecimento dessa liderança política.

### **Primeiro momento: à sombra do Regime Militar**

A primeira incursão de Paulo Maluf pela vida política foi efêmera e se deu por meio do movimento estudantil. No início dos anos 1950, ele participou das atividades do Grêmio dos Estudantes da Escola Politécnica da USP, onde se formou Engenheiro Civil em 1954. Entre 1954 e 1964 abdicou de qualquer atividade política ao dedicar-se exclusivamente à vida empresarial ocupando o cargo de diretor nas empresas pertencentes a sua família.

Seu ingresso definitivo no cenário político ocorreu de maneira simultânea à eclosão do golpe militar em 1964. Um dia antes da deposição de João Goulart, Maluf assumiu um cargo que o colocou na condição de liderança empresarial: o de

vice-presidente da Associação Comercial de São Paulo (ACSP), entidade representativa dos interesses dos empresários do setor de comércio de todo o Estado de São Paulo, um grupo econômico com peso político significativo (PULS, 2000). Exerceu esse cargo simultaneamente ao de dirigente das empresas de sua família até 1967 quando a vida pública passou a tomar a maior parte de seu tempo.

Sua passagem pela direção da ACSP proporcionou a aproximação com o mundo político e, também, de personalidades ligadas ao governo militar, como Delfim Neto. Em 1967, Maluf ganhou a condição de homem de confiança dos militares ao ser indicado para o cargo de presidente da Caixa Econômica Federal pelo então presidente da república general Costa e Silva. Seu sogro, Fuad Lutfalla, uma das principais lideranças do Instituto de Estudos e Pesquisas Sociais (IPES), organização considerada uma das articuladoras do ciclo autoritário que acabara de se iniciar, também exerceu influência na indicação de Maluf para a presidência da Caixa.

O apoio ao Regime Militar rendeu-lhe dividendos importantes para a construção de sua carreira política. Até então sem atividade partidária, Maluf iniciava uma trajetória ocupando cargos importantes na administração pública que o colocava em grande evidência perante a sociedade sem nenhum tipo de sustentação partidária para tanto. A projeção pública de Paulo Maluf se consolidou em 1969. Com a suspensão de eleições diretas para presidente da República, governadores, prefeitos de capitais e municípios considerados estâncias hidrominerais ou áreas de segurança nacional, os militares passaram a controlar a indicação desses cargos de chefe do executivo. Nesse período, findava-se a gestão do prefeito Faria Lima na capital paulista. O então governador do Estado, Abreu Sodré, gostaria de ver Faria Lima novamente reconduzido à prefeitura da capital. Entretanto, esse não era o desejo dos militares. Foi nesse contexto que Paulo Maluf assumiu a prefeitura de São Paulo com o aval de Costa e Silva, fato que reafirmava o grau de confiança que os militares depositavam numa figura política que ainda estava emergindo para a vida pública, mas que já começava a acumular um enorme débito político com o regime autoritário.

Maluf, desse modo, começa a se consolidar como uma nova liderança política por dentro da máquina pública, tomando espaço de outras lideranças que até então haviam chegado ao poder pelo processo eleitoral. Como se vê, o malufismo nasce se beneficiando diretamente das estruturas de poder que estavam sendo montadas pelos militares. Maluf era um dos pilares de sustentação do Regime na capital paulista.

Todavia, fazer política apenas por meio do beneplácito dos militares não era suficiente para torna-lo um líder de fato. Era preciso se apresentar ao grande público, afinal o Regime não duraria para sempre e era necessário se preparar para eventuais disputas pelo voto popular. Foi assim que, em 1970, quando ainda ocupava o posto de prefeito de São Paulo, que ele protagonizou um fato que marcou sua trajetória e por muito tempo ficou simbolizado como um dos históricos exemplos de mau uso do dinheiro público no Brasil: presenteou os jogadores e a comissão técnica da seleção brasileira de futebol, campeã mundial da copa realizada no México naquele ano, com 25 automóveis fuscas devidamente custeados com recursos contribuinte paulistano. Tal fato ocorreu em evento público com grande repercussão.

Nessa primeira passagem pela prefeitura Maluf buscou construir uma imagem de tocador de grandes obras deixando marcas na cidade. Intervenções urbanas como a construção da marginal do Rio Pinheiros e o elevador Costa e Silva (conhecido como Minhocão) são até hoje reivindicadas por eles como sendo legados de sua gestão.

O mandato de prefeito não apenas o projetou para a política partidária como também possibilitou pavimentar caminhos rumo a voos mais altos na disputa pelo poder político. Assim, a disputa de espaço com outras lideranças políticas já consolidadas dentro do partido de apoio dos militares, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), vai se tornar uma das características de sua trajetória. Em 1971, logo após deixar a prefeitura de São Paulo, foi nomeado, pelo então governador Laudo Natel, para o cargo de Secretário Estadual de Transportes. Nesse período tentou disputar a indicação como candidato a senador pela ARENA, mas acabou não logrando êxito. Se tivesse obtido sucesso, Maluf

disputaria seu primeiro cargo eletivo. Entretanto, durante o exercício do cargo de Secretário Estadual de Transportes que Maluf se aproximou de prefeitos e de lideranças do interior de São Paulo, contatos primordiais para ampliar seu espaço no partido e buscar postos políticos de maior relevo.

O contato com prefeitos e lideranças do interior do Estado será fundamental para que Maluf busque se afirmar como uma liderança política viável para processos eleitorais vindouros. Assim, ao deixar de ser secretário dos Transportes ele permaneceu na atividade política visando consolidar o espaço que havia construído com o objetivo de conquistar o apoio de seu partido.

### **Segundo momento: disputando espaço com setores do Regime**

Após deixar a Secretaria Estadual dos Transportes durante o governo Paulo Egídio Martins, Maluf reassumiu suas atividades na ACSP, entidade da qual se tornou presidente em 1976. A saída do governo possibilitou intensificar suas atividades dentro da ARENA em busca de apoio de membros do partido para a indicação de seu nome à sucessão do governador que ocorreria por meio de eleição indireta, mas cuja escolha dependeria do apoio dos militares e, também, de ser referendado pelos delegados do partido. Nesse momento, o grupo militar ao qual Maluf se alinhava (conhecidos como linha dura) havia perdido espaço e não estava mais à frente da presidência da República.

Percebendo que não contaria com o apoio incondicional dos militares por gozar da simpatia do então presidente da República general Ernesto Geisel, ele se aproximou de um militar desafeto de Geisel: o general Sylvio Frota. No período em questão se iniciava um lento processo de abertura política (redemocratização) conduzido por Geisel. Por sua vez, Sylvio Frota era contra o processo de abertura e disputava a indicação como candidato da ARENA à sucessão presidencial em oposição ao general João Batista Figueiredo, apoiado por Geisel. Para ganhar simpatia do grupo ligado a Sylvio Frota, Maluf se posicionou publicamente

contrário à extinção do Ato Institucional nº 5 (AI-5) por “considerá-lo indispensável ao combate da corrupção” (PULS, 2000, p.32).

Com a derrota de Sylvio Frota, suas pretensões em ser ungido candidato dos militares à sucessão estadual foram inviabilizadas. Em 1978, intensificou contato com convencionais da ARENA em busca de apoio na convenção. Em abril do citado ano, os militares avalizaram o nome do ex-governador Laudo Natel para a sucessão estadual. Assim, Natel disputaria com Maluf o direito de ser indicado candidato a governador na convenção do partido. Como a eleição era indireta e a ARENA detinha o controle da Assembleia Legislativa, quem passasse pela convenção já seria de fato o futuro governador do Estado. Como observa Puls (2000, p.33), a confiança de Laudo Natel no poder dos militares sobre os convencionais da ARENA era tão grande que “ele nem procurou os delegados: seus assessores recolheram um abaixo assinado com 876 nomes” em seu apoio. Entretanto, a convenção realizada em 04 de junho de 1978 deu vitória a Paulo Maluf com 617 votos ante os 589 obtidos por Natel. Assim, tornou-se governador impondo uma derrota ao setor militar que estava à frente da presidência da República.

À frente do governo estadual, e com o objetivo de tornar-se conhecido nacionalmente visando à sucessão presidencial pelo voto indireto em 1984, Maluf acabou produzindo um conjunto de fatos de grande repercussão. Dentre tais fatos destacam-se: a intensificação da presença ROTA (grupo de elite da polícia militar de São Paulo) nas ruas com estratégia de combate à violência; a criação da empresa estatal Paulipetro com o objetivo de encontrar petróleo na bacia do Rio Paraná; a distribuição de ambulâncias pagas com recursos do orçamento paulista para municípios pobres de diferentes estados do país e a compra flores com dinheiro público para serem oferecidas às esposas dos convencionais de seu partido: o agora Partido Democrático Social (PDS) que substituiu a ARENA após a reforma partidária de 1978.

Com o processo de redemocratização em curso, a forte ligação de Maluf com os militares começava a gerar protestos de setores da oposição por onde ele passava, provocando episódios que repercutiam negativamente para a sua imagem.

Ao ser recebido sob protestos por opositores no bairro da Freguesia do Ó, seguranças que o acompanhavam agrediram os manifestantes. A cobertura da imprensa com imagens das agressões provocou uma grande consternação pública. Tal episódio acabou sendo objeto de uma Comissão de Investigação inacabada na Assembleia Legislativa. Isso contribuiu para reforçar a imagem de político autoritário junto aos seus críticos. Maluf tentou levar adiante seu projeto de mudar a capital paulista para o interior do Estado (talvez inspirado em Juscelino Kubistchek com a criação de Brasília), mas viu seu sonho frustrado quando a Assembleia Legislativa rejeitou tal proposta.

Este foi o momento derradeiro em que Maluf exerceu um cargo de comando do Poder Executivo sem enfrentar um escrutínio eleitoral público. Sua dependência exclusiva das articulações internas ao regime militar, que já se exauria, estava em processo de esgotamento. A última eleição indireta do ciclo autoritário seria para a presidência da República em 1984. O país já passava pelo retorno das eleições diretas para os governos estaduais e já estava em curso o retorno de eleições diretas para prefeitos das capitais e áreas de segurança nacional.

Daí em diante, Paulo Maluf vai se adaptar ao processo democrático e se apresentar aos eleitores, deixando a política de bastidor como sua principal estratégia de poder e buscando afirmar uma imagem de tocador de obras. Seu mandato de governo do Estado finou-se em 1982 quando lançou um membro de seu secretariado, Reynaldo de Barros, também do PDS, como candidato a sucessão que viria ser derrotado por Franco Montoro do PMDB. Como seu plano presidencial precisava ser mantido, Maluf vai lançar-se candidato a deputado federal para continuar no cenário político sem deixar de lado as articulações de bastidores nas entranhas do fragilizado regime militar uma vez que a eleição presidencial de 1984 ainda seria indireta.

**Terceiro momento: ambição presidencial, ascensão eleitoral e declínio político.*****Ambição presidencial***

Foi somente em 1982 que Maluf disputou pela primeira vez um pleito eleitoral pelo voto direto: concorreu a uma vaga de deputado federal pelo PDS. Com 670 mil votos, ele se tornou o deputado com maior número de votos na história do país naquele momento, fato que gerou ampla repercussão nacional. Entretanto, seu mandato parlamentar visou muito mais à articulação de sua candidatura pelo PDS à sucessão presidencial ainda por eleições indiretas. Não fazia parte de seus planos se tornar uma referência no trabalho parlamentar.

O trabalho dentro do PDS permitiu a Maluf vencer o ex-ministro Mário Andreazza, apoiado pelo então presidente General João Batista Figueiredo, na convenção do partido e tornar-se candidato a presidência da República nas últimas eleições indiretas pela qual o país passaria após o período militar. Essa foi a segunda derrota que Maluf impôs aos militares e lhe traria custos políticos dentro do seu próprio partido, uma vez que setores políticos ligados aos militares derrotados manifestavam-se publicamente descontentes com resultado da convenção. Essa foi a posição pública de lideranças políticas como Marco Maciel, Antônio Carlos Magalhães e José Sarney, dentre outras. Esse grupo abriu dissidência no PDS e criou a Frente Liberal (que mais tarde se tornaria o Partido da Frente Liberal – PFL), para apoiar Tancredo Neves.

Por isso, na disputa dentro do colégio Eleitoral com Tancredo Neves do PMDB, Paulo Maluf acabou sendo derrotado. A dissidência apoiou a oposição com a indicação de José Sarney para vice do candidato peemedebista. Essa foi a última possibilidade de ele chegar a postos de comando no Executivo pela via indireta, dali para frente qualquer disputa deveria ser decidida pelo voto popular.

### ***Disputando eleições***

O primeiro teste eleitoral de Paulo Maluf para um cargo do Executivo ocorreu em 1986 na disputa pelo governo do estado de São Paulo. Enfrentou adversários fortes como Orestes Quécia (PMDB) e Antonio Ermírio de Moraes (PTB), chegando em terceiro lugar. Seu fracasso foi atribuído à sua alta taxa de rejeição decorrente a associação de seu nome a práticas lesivas ao patrimônio público e ao Regime Militar.

Em 1988 tentou ser eleito prefeito de São Paulo, mas acabou sendo derrotado por Luiza Erundina do PT. Entretanto, nessa eleição ele acabou se constituindo como principal nome de oposição aos petistas e, também, acabou se configurando como herdeiro natural de um eleitorado conservador que havia votado em Jânio Quadros quando este foi eleito prefeito em 1985.

Com o retorno das eleições presidenciais em 1989 acabou sendo candidato pelo PDS após derrotar Esperidião Amim na convenção do partido. Entretanto teve fraco desempenho em âmbito nacional, ficando apenas em quinto lugar, atrás de Collor, Lula, Brizola e Afif Domingos. Em 1990 disputou novamente uma eleição para governador onde foi derrotado em segundo turno pelo então peemedebista Luiz Antonio Fleury Filho (TEIXEIRA, 2004).

### ***Ascensão e declínio político***

Lançado novamente candidato a prefeito de São Paulo pelo PDS em 1992, Maluf acabou se beneficiando do desgaste político sofrido pela gestão Luiza Erundina e conseguindo assim sua primeira, e única, vitória para um cargo de comando do poder Executivo. Sua campanha foi conduzida por Duda Mendonça e visou não apenas reforçar a imagem contra o PT, mas apresentar uma nova imagem de Maluf para a sociedade, o de comprometido com o trabalho. Valorizou o nome Paulo, ao invés de Maluf com o jingle “São Paulo é Paulo, porque Paulo é trabalhador” e reforçou a oposição ao PT com um jingle contra o partido cujo refrão era “a gente

não tem nada contra o Suplicy, nós não queremos o PT mandando aqui” (Teixeira, 1999).

O mandato de Maluf à frente da prefeitura foi amplamente aprovado pelo eleitorado paulistano ancorado num conjunto de obras e programas sociais. Destaques para o programa habitacional Cingapura, para a política municipal de saúde denominada de Plano de Atendimento à Saúde (PAS), para o Programa Bairro a Bairro, onde a prefeitura discutia os problemas locais com os cidadãos e para a Lei que tornou obrigatório o uso de cinto de segurança em São Paulo.

Todavia, sua administração não escapou de suspeitas de má gestão dos recursos públicos. Os custos do túnel sob o parque Ibirapuera, denominado de Túnel Ayrton Senna, gerou uma investigação conduzida pelo Ministério Público. Nela, Maluf foi investigado por suposta evasão fiscal e remessa irregular de recursos para fora do país. Um conjunto de suspeitas de irregularidades ligadas à gestão Paulo Maluf à frente da prefeitura levou o ex-prefeito a constar na lista de procurados pela Interpol.<sup>2</sup>

Com sua popularidade em alta Maluf deixou a prefeitura em 1996 elegendo seu sucessor Celso Pitta numa disputa com Luiza Erundina do PT. Maluf foi impactado diretamente pela má gestão de Pitta à frente da prefeitura de São Paulo. Principal fiador de Celso Pitta, Maluf colocou seu prestígio em risco quando pediu à população no Horário Eleitoral Gratuito que não mais votasse nele caso Pitta não fosse um bom prefeito. Entretanto, a gestão Pitta foi marcada por dificuldades financeiras decorrentes das dívidas deixadas por seu antecessor, e também por escândalos de corrupção que afetaram diretamente a imagem de Maluf. Tal escândalo, conhecido como Máfia das Propinas, resultou na cassação de

---

<sup>2</sup> Segundo reportagem de O Globo “Maluf foi incluído na lista de procurados, a chamada "difusão vermelha", a pedido da Promotoria de Nova York, nos Estados Unidos, após investigação conjunta de promotores brasileiros e americanos, iniciada no Brasil em 2001. Em 2007, a Justiça americana determinou a prisão de Maluf pelos crimes de conspiração, auxílio na remessa de dinheiro ilegal para Nova York e roubo de dinheiro público em São Paulo.” Ver <http://oglobo.globo.com/politica/paulo-maluf-entra-para-lista-de-procurados-da-interpol-3036666> acesso em 05.06.2012.

vereadores, na prisão de membros da administração pública municipal e no rompimento público entre Paulo Maluf e Celso Pitta (CARDOZO, 2000). O abalo na imagem malufista foi fator decisivo para que Mário Covas o derrotasse na disputa pelo governo do Estado em 1998.

Após isso, ele foi colecionando outras derrotadas para o Executivo: prefeitura de São Paulo em 2000, 2004 e 2008, obtendo neste último ano a quarta colocação na disputa, a pior posição nos embates para a prefeitura paulistana em que esteve envolvido. Fracassou na disputa pelo governo do Estado em 2002, mas foi o deputado federal mais votado do Estado em 2006 com cerca de 740 mil votos, sendo reeleito em 2010 com cerca de 500 mil votos.

Verifica-se, por meio de sua trajetória, que Paulo Maluf experimentou um processo de ascensão política cuja liderança foi construída, inicialmente, nas entranhas do Regime Militar com o uso de cargos públicos de comando do Executivo obtidos pela via indireta e, posteriormente, foi legitimada pela confiança de um conjunto de cidadãos-eleitores que viu nele a expressão de seus anseios junto à administração pública como realizador de obras ou como a expressão de discurso voltado para ordem na segurança pública.

### **Considerações Finais**

Como se vê o malufismo entrou em rota de declínio eleitoral após emergir como uma possibilidade real de viabilidade política-eleitoral em âmbito nacional depois de sua passagem pela prefeitura no período 1997-2000. O sucesso de Paulo Maluf enquanto liderança política mobilizadora deveu-se, inicialmente, muito mais a sua capacidade de costurar acordos e apoios dentro do seu partido, à sombra de Regime Militar, do que em disputas pelo voto popular.

Seu trajeto como líder legitimado pelo voto popular decorreu da sua capacidade em se apresentar ao grande público como alguém que ia suprir expectativas não realizadas por governos anteriores. Por isso, temas como

segurança pública, grandes obras viárias, habitação popular e assistência à saúde eram muito recorrentes em seu repertório político. Maluf padeceu de uma incapacidade que não é incomum aos líderes carismáticos: lançar sucessores de confiança que pudessem ter êxito eleitoral e representasse a extensão de sua capacidade administrativa e política perante o eleitorado. Nas duas tentativas não obteve sucesso. Com Reynaldo de Barros houve rejeição do eleitor. Com Celso Pitta, apesar do sucesso eleitoral, a incapacidade administrativa e a crise moral de seu governo levou o malufismo ao declínio político.

Como o discurso malufista sempre teve um tom fortemente moralista, a força de sua liderança não resistiu a uma série de escândalos vivenciados por ele e pelo seu apadrinhado político que o sucedeu na prefeitura (Celso Pitta) e para quem Maluf empenhou publicamente o aval de que seria um bom gestor. Assim, rompeu-se o laço de confiança que sustenta a relação entre o líder carismático e as massas, como diria Max Weber. Neste caso, o declínio eleitoral do líder é a mais perfeita tradução do quanto este se apequenou enquanto liderança política. Maluf, que primeiro ambicionou ser governador do estado pela via direta e depois dirigir o país com o aval do povo, hoje não consegue sequer ser viável como candidato para a prefeitura de São Paulo. Entretanto, como possui capital eleitoral, tem seu apoio cobiçado por tucanos e petistas que abdicaram das restrições ao passado malufista e buscam pragmaticamente atrair o eleitorado que ainda se mantém fiel ao seu líder.

Portanto, é inegável que Paulo Maluf ainda detém um importante capital político-eleitoral que o transforma em objeto de cobiça para os demais partidos que disputam principalmente a prefeitura de São Paulo. É neste local que ele ainda preserva muita influência graças a um eleitorado cativo que vem sendo responsável pela manutenção do seu mandato de deputado federal. Hoje Maluf não se qualifica mais como antipetista e, inclusive, é membro da base de apoio ao PT no governo federal.

## Referências

CARDOZO, José Eduardo. *Máfia das Propinas*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

PULS, Maurício. *O malufismo*. São Paulo: Publifolha, 2000.

TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho. *Clientelismo e Voto na cidade de São Paulo (1993-1996)*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC-SP, 1999.

TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho. *Entre o técnico e o político: o Tribunal de Contas do Município de São Paulo e o controle financeiro das gestões Luiza Erundina e Paulo Maluf*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC-SP, 2004.

WEBER, Max. *Sociologia*. São Paulo, Editora Ática, 1999.